

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o senhor deputado Adriano Andrade comunicou antecipadamente que não iria poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituído nos termos legais e regimentais, pelo Senhor Deputado Henrique Brunhoso, mas não compareceu. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontrava ausente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Sambade, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos e o Senhor Presidente da Freguesia de Vilarchão, fazendo-se representar, respectivamente, pelos seus substitutos legais, Senhor Paulo Correia, Hélder Pousada e Hélder Pires, em conformidade com o estabelecido no nº 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estavam presentes as atas da segunda e quarta sessões ordinárias, realizadas, respectivamente, nos dias, vinte e cinco de abril e vinte e dois de setembro de dois mil e dezoito, para serem submetidas a aprovação. -----

----- Colocada a ata da segunda sessão ordinária à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, com vinte e dois votos a favor, aprová-la. Apenas votaram os membros da Assembleia que estiveram presentes naquela sessão.

----- Colocada a ata da quarta sessão ordinária à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, com vinte e um votos a favor, aprová-la. Apenas votaram os membros da Assembleia que estiveram presentes naquela sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por dar início aos trabalhos, e usou da palavra o Senhor Deputado António Serra, começando por cumprimentar todos os presentes e por desejar a todos umas boas festas. Referiu depois que a sua bancada, dada a relevância dos serviços prestados à comunidade, queria propor um voto de pesar pela morte dos elementos do INEM, sediados em Macedo de Cavaleiros, que fatidicamente sucumbiram ao trágico acidente do helicóptero do INEM, em Valongo, na semana transacta e ao mesmo tempo, regozijam-se com a celeridade com que este serviço foi repostado em Macedo de Cavaleiros. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal associou-se a este voto de pesar e ao voto de congratulação, bem como os restantes membros da Mesa, e aproveitou para se congratular pelo facto do Senhor Deputado António Serra se ter congratulado pela substituição rápida do helicóptero. Disse depois que se lembra de ter estado em Macedo de Cavaleiros, há já alguns anos, no anterior Governo, a lutar para que o helicóptero não saísse de Macedo e que não se lembra de ter visto o Senhor Deputado António Serra, mas que certamente estaria e percebeu que comungava dos mesmos ideais que ele comunga. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Foi colocado à votação o voto de pesar pela morte dos elementos da Equipa do INEM de Macedo de Cavaleiros, que faleceram no trágico acidente em Valongo, tendo sido aprovado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco deputados presentes. -----

----- Seguidamente, foi colocado à votação o voto de congratulação pela rápida reposição do helicóptero do INEM, tendo sido aprovado por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado António Serra referiu que faz agora um ano que foi criada, nesta Assembleia, uma Comissão composta por duas deputadas do Partido Socialista, dois deputados da Coligação PSD/CDS-PP, que conjuntamente com as Técnicas do Serviço Social iriam elaborar uma proposta de alteração dos regulamentos de atribuição de ajudas e benefícios sociais, tendo esclarecido que esta comissão foi criada, pois os Senhores Vereadores da Coligação PSD/CDS-PP detectaram que alguns subsídios que estavam a ser atribuídos não estavam conforme os regulamentos em vigor. Esta comissão, disse, funcionou muito bem nos primeiros meses, havendo troca de informações entre todos os membros dessa comissão. O Senhor Deputado António Serra esclareceu também que estas reuniões eram marcadas consoante a sua disponibilidade e a disponibilidade dos membros da Comissão, mas que entretanto começaram a ser mais escassas as marcações até que foram suspensas. Disse também que na penúltima reunião de câmara foi apresentada uma proposta de alteração dos regulamentos de atribuição de ajudas e benefícios sociais sem que os deputados da Coligação tivessem conhecimento dessa proposta. O Senhor Deputado António Serra disse depois que enquanto os regulamentos estiverem em discussão pública podem apresentar as alterações que quiserem, tendo de seguida esclarecido que o PSD sabe o que quer para a área social e também sabe o que não quer, como por exemplo, que os verdadeiros necessitados fiquem à margem do sistema, que se atribuam subsídios Ad-Oc, que às pessoas a quem lhe é negado um subsídio ou uma ajuda social, se dirijam aos serviços da Câmara e lhes seja dita que a culpa é do Vereador Vitor Bebiano. Fez depois uma ressalva, dirigindo-se à Senhora Presidente da Câmara, dizendo que acredita que o Executivo tenha acreditado nos serviços, e que os serviços, por alguma forma, tenham tratado as coisas com menos rigor mas que a responsabilidade política é sempre da Senhora Presidente da Câmara. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, para responder ao Senhor Deputado António Serra, dizendo que de facto esse grupo reuniu poucas vezes para chegarem a conclusões, embora tenham feito algumas propostas e como estava a haver alguma demora na conclusão, pediram à Ação Social que reunissem as propostas que até à data tinham sido apresentadas e que fizessem as alterações que achassem pertinentes, pois o assunto teria de ir à reunião de câmara para depois ser submetido a discussão pública durante 30 dias, onde podem ser apresentadas outras propostas. Por isso, a Senhora Presidente entende que quando os Vereadores dizem que o Executivo estava a atribuir apoios que não estavam de acordo com o Regulamento, não é correto, tendo dado alguns esclarecimentos relativos ao procedimento adotado pelos serviços na análise para a atribuição de apoios sociais e que quem tem que fazer a instrução dos processos são as técnicas da ação social, de acordo com os regulamentos. Depois a Senhora Presidente deu conhecimento de algumas propostas apresentadas pela Coligação PSD/CDS-PP e que serão propostas a analisar e informou ainda que as propostas que já tinham apresentado anteriormente, nas reuniões iniciais que tiveram, foram incluídas nesta proposta de alteração dos regulamentos. A Senhora Presidente entende que esta questão dos apoios sociais não deve ser usado como luta política. Referiu também que quando diz que “o PSD não sabe o que quer na política Social” isso tem a ver com uma situação que tem vindo a ser recorrente, ou seja, temos que partir do princípio que os recursos que temos devem ser atribuídos preferencialmente às pessoas que têm necessidade, mas temos vindo a ser confrontados com propostas dos senhores vereadores da oposição de dar tudo a todos da mesma forma. A Senhora Presidente esclareceu que o tem que ficar bem claro é que não se pode dar tudo a todos da mesma maneira, pois é injusto, pois tem que se dar a quem precisa. Referiu ainda que tem que se ter bem clara a política social que queremos, ou seja, é dar a quem mais precisa e não dar igualmente a todos. -----

----- O Senhor Deputado António Serra usou de seguida da palavra dizendo que concorda com tudo o que a Senhora Presidente da Câmara disse, mas que em política o que parece é, tendo depois parafraseado uma pessoa de quem

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

gostava muito e que respeitava: “A Senhora Presidente da Câmara sabe que eu que sei que a Senhora Presidente sabe que eu que sei,” tendo a Senhora Presidente respondido que não sabe aquilo que o Senhor Deputado sabe que ela sabe. --

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, começando por desejar a todos um Bom Natal. Continuou, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa, dizendo que os Vereadores da Oposição da coligação PSD-CDS/PP “Acreditar em Alfândega da Fé”, solicitaram por escrito ao Executivo, documentos sobre a admissão dos vínculos precários e foi-lhe negada resposta, por escrito, com base num decreto do Direito Europeu, que é esse próprio que o permite. Foi respondido novamente por escrito, disse, e não obtiveram qualquer resposta, tendo depois o Senhor Deputado Gabriel Martins referido que não funcionaram os órgãos democráticos, que não funcionou a democracia, porque o Executivo não permitiu que a oposição exercesse o seu direito legal de oposição, para além de ofender os princípios da transparência, acrescentou. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que como não funcionou a democracia, nem funcionaram estes órgãos, queriam fazer funcionar o poder que o Órgão Assembleia Municipal tem que é o poder de fiscalização, pelo que pediu para ditar um requerimento para a mesa. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu ao Senhor Deputado Gabriel Martins que dissesse com base em que artigos que pretendem fazer o requerimento que pretendem, tendo o Senhor Deputado Gabriel esclarecido que pretendem utilizar o artº 4º, nº 4, a) do Regimento, o artº, 9º nº 1, c) do Regimento e todos os artigos que lhes permitem exercer a fiscalização do Executivo. Querem também utilizar, disse, os artigos 6º, 58º e 86º do Regulamento da União Europeia 2016/679 do Parlamento e do Conselho Europeus. O Senhor Presidente da Mesa pediu então ao Senhor Deputado Gabriel Martins que lesse o requerimento para que ficasse registado, passando então o Senhor Deputado a ler o seguinte: -----

----- *“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----
A coligação “Acreditar em Alfândega da Fé”, nos termos do disposto e para os efeitos dos artºs 4º, nº 4, a), artº 9º, nº 1, c) do Regimento da Assembleia Municipal, que conferem o poder de fiscalização e ainda os artigos 6º, 58º e 86º do Regulamento da União Europeia 2016/676 do Parlamento e do Conselho Europeu de 27 de abril de 20/06 que versa sobre o acesso público a dados pessoais para prossecução de atribuições de interesse público, vem requerer se digne interpellar o Executivo para, no prazo geral de 10 dias, do Código do Procedimento Administrativo, entregar à coligação “Acreditar em Alfândega da Fé” cópia do documento que atesta o exercício de funções precárias de cada concorrente na Câmara Municipal de Alfândega da Fé como requisito legal para o procedimento de regularização extraordinária de vínculos precários da Administração Pública. Porém, perante resposta negativa, solicitamos que no-lo certifique narrativamente, para pedirmos fiscalização sucessiva ao DIAP dos Serviços do Ministério Público de Bragança e ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela para, eventualmente, invalidar eventual ato administrativo que padeça de visto formal. Muito obrigada.”*

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que esta intervenção lida ficará a constar da ata, e após ser redigida a escrito, será enviada para o Executivo e que seria melhor ter entregue o documento, logo no início, por escrito. Disse também, que caso a Senhora Presidente da Câmara queira fazer algum esclarecimento, o pode fazer, mas solicita que o Executivo preste os esclarecimentos à Coligação do PSD/CDS-PP. -----

----- Seguidamente a Senhora Presidente da Câmara quis esclarecer que não foi verdade que não responderam. Responderam de acordo com o que os serviços consideraram que era correto e legal e que indicaram onde tinham acesso à informação que estava a ser pedida e que numa segunda interpelação estavam a ser pedidos os dados de todas as pessoas individualmente e os serviços consideraram, com base na lei de protecção de dados, que não estava de acordo com a lei e como tal, se os serviços acharem que pode ser dada essa informação assim será dada. A Senhora Presidente perguntou depois para quem é que deverá ser enviada a resposta, se é para todos os membros da Assembleia ou se é para os Vereadores da Oposição, pois convém saber a quem é enviada. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins referiu que fez um requerimento que quer seja deferido, porque o artº 86º da Lei que disseram que não permitia dar dados, permite-o, nomeadamente quando é para a prossecução de atribuições de interesse público e parece que o exercício do direito da oposição é do interesse público. -----

ORDEM DO DIA

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 17/12/2018, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara convidou os Senhores Deputados para a leitura da referida informação, que reflecte o trabalho realizado pelas diferentes unidades orgânicas e serviços, desde a última sessão da Assembleia Municipal até agora, que informa sobre a situação financeira do Município, dando algumas explicações de índole genérica sobre as várias actividades desenvolvidas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 2. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL A 30 DE SETEMBRO DE 2018, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM; -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos dizendo que este relatório pretende avaliar se o Município está a cumprir o que se comprometeu executar aquando do Plano de Ajustamento Municipal. De uma forma geral informou que estamos a cumprir. -----

----- De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra, para dizer que os compromissos do PAM não estão ser cumpridos na totalidade, ou seja, que sobre o compromisso nº 11, que refere que se compromete alienar o capital da Alfandegatur na sua totalidade até ao final de 2016, não está em cumprimento, pois até à data apenas estão alienados 65% do capital e que os remanescentes ainda não foram alienados, pelo que questiona se, desde a última sessão da Assembleia até agora já houve algum desenvolvimento relativamente aos remanescentes 35%. Depois, referiu que na página 19 diz "A 30 de Setembro de 2018 o pessoal ao serviço é de 153, no entanto o previsto no PAM é que em final de 2018 o município não pode ter mais de 149 colaboradores ao serviço...". A Senhora Deputada Susana Guerra disse que já ultrapassaram, pois já são 153 o número de funcionários e que no Orçamento dá nota que a 31 de dezembro de 2018 já existem 173 funcionários, dizendo que já ultrapassaram em 24 pessoas e queriam perceber quais as implicações deste não cumprimento. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara informou que sobre esta última questão do compromisso com o PAM, em relação à contratação, de facto não podiam ultrapassar esse número que a Senhora Deputada mencionou, mas, isso foi excepcionado pela lei dos precários, ou seja, a lei dos precários permite-nos fazer essas contratações -----

----- Sobre a questão da Alfandegatur, a Senhora Presidente da Câmara informou que a nossa expectativa era que até ao final de 2016 pudéssemos entregar os 35% por um valor simbólico de um euro, mas tem que se ir acompanhando no sentido de ver se está tudo a correr da melhor forma, e que estão atentos aos investimentos que estão a ser feitos para tornar o Hotel sustentável, mas tem que se dar mais algum tempo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 3. PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL REFERENTE À MONITORIZAÇÃO DA SUA EXECUÇÃO A 30-06-2018, PRESENTE NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22-09-2018; -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, sobre este assunto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 4. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2018; -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório referido. -----

----- 5. PROPOSTA PARA FIXAR TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E A COBRAR EM 2019; -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos, dizendo que, uma vez que estão sujeitos ao PAM irão manter a cobrança da taxa máxima. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco deputados presentes, com quinze votos a favor e dez votos contra dos Senhores Deputados Rui Araújo; Carlos Pousado; Hélder Pires; André Monteiro; António Serra; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco e Gabriel Martins, fixar em 1,5% a percentagem de derrama pretendida pelo Município a lançar para o exercício de 2018 e liquidar no ano de 2019. -----

----- **6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2018 E A COBRAR EM 2019;** -----
----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco deputados presentes, com quinze votos a favor e dez votos contra dos Senhores Deputados Rui Araújo; Carlos Pousado; Hélder Pires; André Monteiro; António Serra; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco e Gabriel Martins, aprovar uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos para o ano de 2018 a liquidar em 2019. -----

----- **7. TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2019** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos. -----
----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco deputados presentes, aprovar a proposta de percentual a aplicar em 2019 (0%), referente à TMDP. -----

----- **8. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A LIQUIDAR NO ANO DE 2019** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos. -----
----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco deputados presentes, com quinze votos a favor e dez votos contra dos Senhores Deputados Rui Araújo; Carlos Pousado; Hélder Pires; André Monteiro; António Serra; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco e Gabriel Martins, fixar em 0,45% a Taxa de IMI, como medida de desagravamento deste imposto, para os prédios urbanos, conforme alínea c), do nº 1 e nos termos do nº 5 do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e fixar em 0,8% a Taxa de IMI para os prédios rústicos, conforme alínea a), do nº 1 e nos termos do nº 5 do artº 112º do CIMI. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que os pontos 5 a 8 são um compromisso do Plano de Ajustamento Municipal e que foi votado favoravelmente pelos Senhores Deputados do PSD e estranha que tenham votado favoravelmente os compromissos do Plano e agora votem contra os impostos que constam no Plano de Ajustamento Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou de seguida da palavra para dizer que a não fundamentação do voto contra é porque acabaram de ouvir dizer há pouco tempo que a Câmara deixou de gastar cerca de €400.000,00 por ano na estalagem e não faz um esforço para baixar a dívida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que este Executivo herdou uma enorme dívida e se isso não tivesse acontecido não teriam excesso de endividamento, não teriam o Plano de Ajustamento Municipal e não teriam também que pôr os impostos municipais na taxa máxima, pelo que não deverão imputar essas responsabilidades a este Executivo. A Senhora Presidente disse também que o compromisso é diminuir 10% ao ano a dívida e isso tem vindo a ser feito ao contrário do afirmado pelo deputado. -----

----- Por fim, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes dizendo que no final de uma votação não se deveriam fazer comentários. Depois, dirigindo-se ao Senhor Deputado Gabriel Martins, referiu que não se pode dar apoios sociais e depois não recolher receita. Temos que garantir receitas para se poder fazer despesas e que por causa de se ter

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

andado a fazer despesas sem se ter receitas é que se chegou a este ponto, pelo temos que manter um certo equilíbrio para que toda a gente tenha benefícios. -----

----- 9. AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos dizendo que assunto vem sempre no Plano e Orçamento de todos os anos e este empréstimo tem que ser sempre liquidado antes do final do ano financeiro e poderá ser utilizado para ocorrer a dificuldades de tesouraria, caso seja necessário. Referiu que não o têm utilizado mas costuma vir para alguma necessidade. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco deputados presentes, autorizar a contracção de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria. -----

----- 10. AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA ASSUMIR COMPROMISSOS DE QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre este assunto. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dez à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco deputados presentes, aprovar a autorização para a câmara assumir compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as opções do plano. -----

----- 11. A APROVAÇÃO DOS ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2019 -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos dizendo que este ano vamos ter um orçamento com mais cerca de dois milhões de euros do que em relação ao do ano passado, remetendo para o documento e que a maior parte deste aumento tem a ver com investimento, porque estamos a executar o Quadro Comunitário e por termos as receitas desse Quadro existe este aumento do Orçamento. Outra rubrica que aumenta, disse, é a do Pessoal por causa da regularização dos precários, em cerca de quase quatrocentos mil euros e outra rubrica que é a da prestação de serviços, relacionada com a água, o saneamento e os resíduos, uma vez que compramos a água e pagamos o saneamento à empresa Águas do Norte e a recolha dos resíduos à empresa Resíduos do Nordeste. A actualização das tarifas desses serviços tem sido feita e aprovada pelas entidades reguladoras, daí a rubrica ter aumentado. Em relação ao investimento, a Senhora Presidente da Câmara esclareceu que estamos a executar a Base de Acolhimento dos GIPS, perto do Centro de Saúde, já terminamos algumas candidaturas como o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, a elaboração de um cadastro das infra-estruturas da água e do saneamento, pois era um trabalho obrigatório para efeito de candidatura ao Programa POSEUR, bem como uma candidatura ao POISE, em que tem uma equipe multidisciplinar da Câmara a trabalhar na escola no âmbito do insucesso escolar entre outras actividades. Informou depois que já tinham feito o concurso das obras na Escola Secundária, mas que entretanto ficou deserto porque ninguém concorreu e foi feito novo concurso. Disse também que estão a lançar o concurso para a 2ª Fase da Reabilitação Urbana, que é a Casa do Arcebispo José de Moura, e vai ser lançado no início de janeiro, estando a 1ª Fase terminada. Outra candidatura que está a terminar, disse, é a Valorização do Espaço Público das Felgueiras, uma anexa de Agrobom, objecto de uma candidatura ao VALORIZAR e estamos à espera da aprovação da candidatura da Requalificação da Zona Industrial para podermos iniciar as obras de ampliação e foi feita uma candidatura para a eficiência energética no sentido de colocar Leds em toda a iluminação pública com tele - gestão. Além disso, informou que estão a submeter uma candidatura ao PAMUS, que é uma candidatura para melhorar toda a zona entre o Centro de Saúde e a Escola EB1 e as paragens dos autocarros. Informou também que em janeiro irão fazer a escritura de aquisição do Lagar D'El Rei que depois vai ser candidatada a sua reabilitação ao programa PROVER, no âmbito da reprogramação do Quadro Comunitário. Esclareceu que se não estivessem a pagar cerca de um milhão e duzentos mil euros por ano do serviço da dívida, poderiam investir mais, mas estão a cumprir os objectivos, disse.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que relativamente ao Orçamento, após os esclarecimentos dados, concluem que o investimento só é feito com candidaturas ou com parcerias, ou seja, nenhum é da Câmara e que as receitas próprias são conduzidas para as despesas correntes. Outra questão tem a ver com as dificuldades com que as Juntas de Freguesia se têm defrontado e que os Senhores Vereadores da Coligação do PSD/CDS-PP fizeram uma proposta numa reunião de câmara para que neste novo Orçamento fosse distribuído por todas as freguesias o valor correspondente a 50% do FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias. Disse que já verificaram e que houve atribuição de apoios a cerca de 8 freguesias e que o Senhor Vice-Presidente foi receptivo a esta proposta e como houve esta receptividade e chegam aqui e não vêem o valor que vai ter cada uma das freguesias, sugeriu que este Orçamento fosse alterado, para que cada junta de freguesia não chegue ao final do ano e não tenha recebido nada, pois é do interesse de todos os Presidentes de Junta. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes e disse que a proposta apresentada não seria descabida de todo, mas referiu que temos que acreditar nas Instituições e que cada freguesia sabe o seu orçamento e tem que o saber gerir. Estaria de acordo com esta proposta se sentisse que autarquia fechasse a porta a alguns, mas isso não acontece, pelo que entende ser melhor manter o que está, ou seja, à medida que as Juntas de Freguesia precisem de apoios, o solicitem. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou novamente da palavra para dizer que concorda com o que diz o Senhor Deputado Diamantino Lopes mas continua a dizer que era preferível, dada a receptividade por parte do Senhor Vice-Presidente, as freguesias souberem desde o início com o que podem contar e que essa proposta fosse melhor analisada. --

----- Continuando, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para explicar que as freguesias recebem um determinado valor do orçamento de estado e é com esse valor que têm que contar e sabe que algumas das competências das freguesias ficam caras, como por exemplo fazer o arranjo dos caminhos, mas disse que a Câmara empresta as máquinas e está a ser feita uma gestão de forma a que as máquinas vão a todas as freguesias. Depois não lhe parece justa a proposta apresentada pela Coligação Acreditar em Alfândega da Fé, dando o exemplo da freguesia de Alfândega da Fé que já beneficia de outros apoios, ou seja, no caso do cemitério, quem faz a sua manutenção é a Câmara e nas outras freguesias são elas que têm essa despesa. Deu também o exemplo de que a Junta de Freguesia de Alfândega da Fé não tem que limpar passeios nem espaços verdes, pois é a Câmara que o faz e nas outras freguesias são elas que o fazem. Indirectamente a Junta de Freguesia de Alfândega da Fé já beneficia muito da Câmara, disse. Assim entende que não é justo estar a distribuir da forma como propõem, sem saber ao certo o que a Junta vai fazer. E quando o Senhor Deputado Gabriel diz que os investimentos apenas existem com candidaturas ou parcerias, a Senhora Presidente entende que é mais correto investir através de candidaturas onde vamos buscar os 85% do total da despesa e apenas pagamos 15%, do que termos a despesa na totalidade, como aconteceu no Executivo anterior, tendo depois feito referência a alguns casos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, entretanto, fez também uso da palavra para dizer que de facto a proposta é pertinente, caso houvesse um conforto financeiro, mas neste momento é impossível aceitá-la, pois temos um orçamento muito escasso, temos metas a cumprir que nos limita, temos a situação dos precários que temos que regularizar. A verdade, disse, é que a proposta não pode ser aplicada, dadas as responsabilidades que temos. E quando o Senhor Deputado Gabriel diz que esta Câmara apenas faz investimento através de candidaturas, assume que é verdade, pois esse é o seu trabalho, é essa a nossa responsabilidade, é verdade que dá muito trabalho mas isto tudo por duas coisas: *“a primeira porque com menos fazemos mais e a segunda é que foi para isso que fomos eleitos e nesse aspeto sei que os alfandeguenses podem confiar em nós”*. -----

----- Posteriormente, usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra dizendo que acha que o facto de existir o compromisso com as juntas de freguesia, não inviabiliza que pontualmente sejam feitas outras transferências para necessidades que ocorram, ou para investimentos que as juntas de freguesia precisem de fazer. Na sua opinião este protocolo seria positivo, porque assim era garantido algum conforto financeiro às juntas de freguesia. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Rui Araújo para dizer que a junta de Alfândega da Fé tem a limpeza de um cemitério e tem uma aldeia anexa onde faz a limpeza das ruas. Referiu que a Junta de Alfândega já teve o apoio da Câmara na cedência da máquina para uma semana e só esteve dois dias porque ao terceiro dia foi-lhe retirada. Além disso, o Senhor Deputado Rui Araújo disse que remeteu um pedido de apoio financeiro à Câmara no montante de €10.000,00 e até hoje ainda está à espera de uma resposta. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usando de seguida da palavra disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé vai ao encontro do que dizem, pois conseguiu gerir o seu orçamento com o que tinha. Confirma que fez o pedido para a aquisição de uma máquina, mas disse que também é verdade que têm tido várias preocupações, pelo que têm que gerir muito bem o seu orçamento. Informou que têm algumas máquinas e equipamentos que lhes fazem falta e que a sua pretensão no próximo ano é poderem fazer a aquisição de algumas máquinas e equipamentos para melhorar o trabalho. Quanto à máquina ter estado menos dias foi pelo facto de ter havido uma emergência e teve que se atender essa situação. -----

----- A seguir, usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra, dizendo que relativamente à manutenção dos caminhos e do protocolo que existe com as freguesias, pois refere que tem ouvido dizer que vai um tempo para uma freguesia, outro tempo para outra, e, para que não haja esta disparidade, propõe que em função dos quilómetros de caminhos rurais que existem em cada uma das freguesias, a máquina vai o tempo que se adequa para a manutenção desses caminhos por quilómetro. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, esclareceu que têm sido justos e equitativos na gestão das máquinas e que ninguém pode dizer o contrário. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra dizendo que concorda com a proposta que a Senhora Deputada Susana Guerra fez, ou seja, ver o mapa dos quilómetros rurais que cada freguesia tem e atribuir um número de dias por quilómetros que têm. Se o Presidente da Junta da freguesia os quiser usar, muito bem, caso contrário, assinaria um documento a prescindir desse trabalho e seria uma melhor gestão para todos. Alertou depois para o facto da Junta de Freguesia de Alfândega ter feito um pedido para adquirir uma máquina, uma vez que o valor dessa aquisição dá para pagar horas de serviço, e depois requer um operário que também se teria que pagar, bem como fazer a sua manutenção e que com estes encargos mais o valor de aquisição da máquina daria para a Junta de Alfândega trabalhar muitas horas por ano, tendo depois referido que isso é uma má gestão. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto décimo primeiro à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e cinco deputados presentes, com quinze votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados Rui Araújo; Carlos Pousado; Hélder Pires; André Monteiro; António Serra; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco e Gabriel Martins, aprovar o Orçamento e GOP's para o ano de 2019. -----

----- 12. A APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA -----

----- A Senhora Presidente prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto décimo segundo à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e cinco deputados presentes, com quinze votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados Rui Araújo; Carlos Pousado; Hélder Pires; André Monteiro; António Serra; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco e Gabriel Martins, aprovar os montantes totais das receitas e despesas supra referidos. -----

----- 13. A APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ART.º 6 DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO -----

----- A Senhora Presidente prestou alguns esclarecimentos. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto décimo segundo à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e cinco deputados presentes, aprovar a autorização genérica referida em epígrafe. -----

----- 14. APROVAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2019 -----

----- A Senhora Presidente prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto décimo segundo à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e cinco deputados presentes, aprovar as Normas de Execução do Orçamento referidas em epígrafe. -----

----- 15. PARECER PRÉVIO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2019, NOS TERMOS DO ARTIGO 31.º DA LEI N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, EMITIDO PELO FAM -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos no sentido de dizer que se trata de um parecer positivo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido parecer. -----

----- 16. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2019, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 28.º E 29.º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO, QUE APROVOU A LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, dizendo que este mapa de pessoal tem quatro novos lugares, dois que são por mobilidade interna, que são assistentes técnicas que poderão vir a ser mobilizadas para Técnicas Superiores, uma vez que são licenciadas, mas dependendo sempre dos respectivos cabimentos e compromissos financeiros. Também há uma mobilidade da Junta de Freguesia de Sambade, de uma assistente operacional que está na Escola Pré-Primária de Sambade, pela Junta de Freguesia e passará a fazer parte do Município, isto porque algumas das transferências que têm que ser feitas para a Junta de Freguesia de Sambade estão relacionadas com os pagamentos das funcionárias que estão na Pré-Primária de Sambade. Então explicou que uma vez que as escolas pré-primárias e primárias são da competência da Câmara a pessoa que pediu a mobilidade passará a fazer parte do mapa de pessoal da Câmara. A Senhora Presidente da Câmara informou também que há um novo lugar que é para uma Enfermeira, porque desde que entraram na Câmara, em 2009, verificaram que a Unidade Móvel estava parada no Centro de Saúde por não haver um enfermeiro para colocar na Unidade Móvel e então, em conjunto com a Liga de Amigos, a Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Saúde e a Câmara, assumiram a responsabilidade de pagar à enfermeira. E agora o que se pretende é que a enfermeira faça parte do mapa de pessoal da Câmara, pois pretendem manter a Unidade Móvel de Saúde. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto décimo sexto à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e quatro deputados presentes, com quinze votos a favor e nove abstenções dos Senhores Deputados Rui Araújo; Carlos Pousado; Hélder Pires; André Monteiro; António Serra; Susana Guerra; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas; António Pacheco, aprovar mapa de pessoal para o ano de 2019. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado Gabriel Martins, por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- 17. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ -----

----- Relativamente a este ponto, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e começou por esclarecer que este assunto, na sequência da discussão pública tem que vir novamente a Assembleia para aprovação final. O que foi feito foi fazer alterações no sentido de tentar atrair empresas que criem emprego. Assim a Senhora Presidente da Câmara explicou que de acordo com o número de empregos criados irá haver um desconto no preço por m², e que o foi proposto foi se criarem mais de 10 postos de trabalho haverá um desconto de 50% no preço do m² do terreno e se criarem mais de 20 postos de trabalho a entrega do terreno é gratuita. Entretanto, referiu que foi proposto que se as empresas criassem 5 postos de trabalho também fossem contempladas, ou seja, haveria um desconto gradual e essa proposta também foi incluída durante o período de discussão pública. Explicou

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

depois que o que se pretende com esta alteração não é ter só armazéns e pequenas oficinas na Zona Industrial, mas também trazer empresas que criem mais emprego, até porque, disse, a nossa Zona Industrial está muito bem localizada, está a 5 minutos do IC5 e temos todas as condições para melhorar a Zona Industrial, no sentido de atrair mais empresas. Além disso, disse que foram alertados no sentido de que existem algumas habitações junto à Zona Industrial, que deveríamos, em relação aos lotes que ficam mais próximo dessas habitações, ser mais rigorosos e terem mais condicionantes em relação ao ruído, aos cheiros, fumos ou outras coisas que possam perturbar os moradores que já têm habitações nessa zona, embora, disse, essas condicionantes de cumprirem os regulamentos ambientais e do ruído já constam da alteração a este Regulamento. A Senhora Presidente sugeriu, no entanto, que, caso a Assembleia concorde, deveria constar do Regulamento uma rubrica para que, nesses lotes em particular, que ficam mais próximo das habitações que estão do outro lado da rua, haja mais condicionantes e mais rigor no sentido de não serem perturbadas as habitações dessas zonas, e que depois darão uma formulação de acordo com o Gabinete Jurídico e com a Divisão de Urbanismo, pois concordam que os habitantes que vivem nessa zona podem estar um pouco apreensivos no sentido de achar que poderão passar a haver empresas do outro lado da rua que os incomodem com cheiros, ou com ruídos ou outras perturbações, pelo que entendem deve haver esse rigor e que estas condicionantes sejam acrescentadas ao Regulamento. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que irá colocar à votação esta proposta de aditamento que a Senhora Presidente sugeriu no sentido de constar do Regulamento que, relativamente aos lotes da Zona Industrial contíguos à zona habitacional já existente, que não possam ser instaladas indústrias que sejam mais poluentes, que produzam maior ruído, cheiros ou outras perturbações, para evitar que as pessoas que morem nessa zona venham a ficar prejudicadas. Quanto à redacção do aditamento, a Senhora Presidente esclareceu que a mesma, depois de ser formulada com o Gabinete Jurídico e com a Divisão de Urbanismo, pode ser enviada por e-mail para que todos os senhores deputados se possam pronunciar por escrito, e colocar alguma observação por escrito. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra dizendo que este compromisso deve ficar escrito e salvaguardado nesta Assembleia, ou seja, que todos os lotes que se situam do lado direito da estrada à saída de Alfândega fiquem com condicionantes quanto à poluição sonora e atmosférica para as empresas que se queiram instalar perto das habitações já existentes. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que tinha preparado uma proposta idêntica. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 17 à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a Alteração ao Regulamento da Zona Industrial de Alfândega da Fé. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por sugestão do Executivo Municipal, propõe que seja aditado o compromisso acima descrito e de o Executivo fazer uma comunicação escrita aos Senhores Deputados a informar das condicionantes sugeridas pela Senhora Presidente para a salvaguarda das condições de habitabilidade dos moradores, cujas habitações se situam próximas da Zona Industrial e que posteriormente serão submetidas a aprovação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes. -----

----- 18. ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Não se verificando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dezoito à votação tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar definitivamente a proposta de adesão do Município de Alfândega da Fé à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), com

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

uma quota anual de 1.000,00€, e designar o Presidente da Assembleia Municipal, como representante do Município na ANAM, atendendo aos estatutos em vigor da Associação. -----

----- Mais foi deliberado, também por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes, ratificar todos os atos que entretanto foram praticados ao abrigo da deliberação da sessão da Assembleia Municipal de 30.06.2017. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra o munícipe, Senhor Professor Francisco José Lopes dirigindo-se a todos os presentes, dizendo que na anterior sessão da Assembleia Municipal foi lido pelo Senhor Deputado Municipal Gabriel Martins um texto em nome da bancada do PSD/CDS-PP ou foi directamente visado com base em duas situações falsas e enganosas, numa afirmação sem sentido e numa insinuação que revela pouca atenção, por parte de quem escreveu aquele texto. Informou que o seu propósito não é rebater as opiniões políticas e ideológicas de ninguém, mas corrigir aquelas informações falsas que foram lidas e divulgadas nas redes sociais, onde também já deu a sua resposta. Disse, no entanto, que o que se escreve nas redes sociais, não integra as atas da Assembleia Municipal e diz que faz questão que a reposição da verdade fique em ata, tal como ficou aquele texto que referiu, não se reportando a acusações meramente políticas que valem o que valem. O Senhor Professor Francisco José Lopes continuou informando a Assembleia Municipal e demais presentes, que ele não é reformado do Estado. Acha lamentável, que para produzir opiniões políticas, que são legítimas e não questiona, tenham que ser utilizados argumentos daquele tipo e ainda por cima, falsos. Não se encontra reformado, disse, está colectado nas finanças como Trabalhador Independente, paga os impostos que tem que pagar, e mensalmente, a segurança social, sendo esta a sua situação, mas gostaria de recordar a quem escreveu aquele texto que a situação de reformado ou aposentado nunca foi, nem é, uma profissão e essa situação não elimina da história das pessoas a sua profissão. Foi professor durante mais de três décadas e meia e não deixa de o ser por não exercer, pois mantém essas habilitações profissionais. Para ser investigador em história, disse, até podia não possuir nenhuma formação específica mas que há quem a não tenha e o seja, mas no seu caso pessoal, possui uma Licenciatura em História de cinco anos, tirada numa Universidade Pública, vocacionada para a investigação científica e não para o ensino, pois no seu tempo, não apanhou essa reforma. Em segundo lugar, o Senhor Professor Francisco José Lopes disse que foi afirmado que a Câmara Municipal lhe pagou, só no ano de 2018, e o texto repetia a informação para a reforçar, a quantia de cinquenta e quatro mil e quatrocentos euros. Disse ainda que se a situação de reformado do Estado é lamentável, esta falsidade é inaceitável, questionando como poderia a Câmara Municipal pagar a um investigador na área da História Local, semelhante quantia num só ano. Mas a verdade, disse, é que foi isso que se escreveu e se leu, apesar de toda a gente ter acesso a esse tipo de informação. Esclareceu ainda que o seu contrato com a Câmara Municipal para, entre outros aspectos que já explicou em outros locais, continuar a organização e divulgação documental do arquivo histórico municipal, é, em 2018, de dezanove mil e quinhentos euros mas acha que é de justiça que se refira que neste valor já está incluída a publicação do 2º Volume da obra iniciada em 2016, que terá muitas mais páginas do que as 300 já contratadas, sem custos adicionais. Continuou dizendo que como não está reformado e tem as competências académicas e profissionais para fazer o que faz, entende que tem o direito, como toda a gente, de ver o seu trabalho pago e que não é preciso grande matemática para perceber que com um valor anual destes e com os custos incluídos, não há qualquer exagero, bem pelo contrário. Disse ainda que qualquer munícipe pode discordar da política cultural da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, nomeadamente, em relação ao esforço para preservar e dinamizar um património importante que é o do Concelho e no Concelho ficará, como é o caso da documentação do arquivo histórico municipal, um processo que teve origem nos anos 80 do século passado, por sua iniciativa, e que só agora ficará concluído. Lamenta que assim seja, por ter havido incúria no passado mais distante, em relação ao património, é que hoje temos tão pouco. Esta Câmara Municipal, disse, já percebeu que a salvaguarda do que existe, nos mais variados aspectos, também é importante para o desenvolvimento do Concelho e que nunca foram os gastos com a cultura que trouxeram problemas financeiros à Câmara Municipal. Disse também supor que sobre esta matéria do arquivo histórico, nem toda a gente faz ideia do que se trata, nem é obrigado a isso, mas que qualquer munícipe pode ficar a saber com uma simples deslocação à nossa Biblioteca Municipal, deixando a sugestão ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

para que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realize no auditório da Biblioteca Municipal e se inclua a visita ao espaço onde agora se encontra o arquivo histórico e aí terá todo o prazer de dar uma explicação do que se fez e de como irá funcionar o nosso arquivo histórico municipal, que no Distrito de Bragança, tirando o de Torre de Moncorvo, será o segundo a estar organizado e disponível para a investigação científica. Desejou, por fim, um Feliz Natal e Bom Ano Novo a todos os presentes. -----

----- De seguida, usou da palavra o Múncipe Senhor Carlos Simões desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano a todos os presentes. Disse que ficou deveras satisfeito que, finalmente, depois de várias décadas, o Lagar d'El Rei vai ser resolvido. Outra obra muito importante que felicita ir ser feita é o Largo D. José de Moura. Disse depois ter ouvido dizer que vão ter uma grande superfície comercial em Alfândega da Fé, esclarecendo que não é contra isso ser feito, mas que na Assembleia Municipal ninguém falou nisso e pediu à Senhora Presidente da Câmara que esclarece estes assuntos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, respondendo ao Múncipe Carlos Simões, disse que em relação à Casa do Arcebispo D. José de Moura, aquela casa que está junto à Igreja, se fez uma investigação sobre o Arcebispo, fazendo de seguida uma breve explicação da história do referido Arcebispo. Assim resolveram, como uma forma de preservar a memória do Arcebispo seria reabilitar a sua casa e dar-lhe uma função ligada à religião, pois nesse edifício haverá uma exposição de arte sacra e outras que trabalham a questão religiosa, ou seja, exposições de objectos relacionados com a Igreja, como por exemplo, obras do Mestre José Rodrigues feitas com inspiração na religiosidade popular de Alfândega da Fé. Sobre a questão do Lagar d'El Rei, a Senhora Presidente da Câmara disse que é outro edifício muito importante do ponto de vista histórico e que segundo o atual proprietário, o Dr. Joaquim Mendonça, é um dos poucos exemplares de lagares de azeite industriais do Século XVIII. Informou que vão comprar esse edifício e vão reabilitá-lo, através de uma candidatura ao PROVERE. A Senhora Presidente esclareceu depois que se continuará a chamar Lagar d'El Rei e que será uma das portas de entrada da Rota do Azeite. Disse também que querem manter os objectos que existem no lagar, sendo objectos de memória daquilo que existia naquela altura e acrescentar espaços de valorização de produtos locais, em particular do azeite. Sobre a questão da grande superfície comercial a Senhora Presidente informou que o Grupo Intermarché tinha comprado, há alguns anos, um terreno para construir um hipermercado, tendo tratado do licenciamento na Câmara, mas que nunca chegou a ser feito e que agora voltou a contactar a Câmara no sentido de querer voltar a pegar no investimento. Então estiveram a ver o ponto de situação desse processo, que está licenciado mas que agora pretendem fazer uma pequena alteração ao investimento, no sentido de inserir umas bombas de combustível low coast, pelo que agora aguardam que cheguem essas alterações. Por fim, a Senhora Presidente da Câmara desejou as Boas Festas a todos (as) os (as) presentes. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou a todos os presentes umas Boas Festas. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)